



O crédito privado como pilar estrutural do crescimento económico em Angola

Implicações para arquitetura financeira de Angola
(Horizonte além de 2026)

Autoria:
Dr. Mário Ferreira do Nascimento,
Presidente da Direção ABANC

DATA: 2026

O crédito privado como pilar estrutural do crescimento económico em Angola

Implicações para a arquitetura financeira de Angola (Horizonte além de 2026)

O principal constrangimento ao crescimento económico em África, incluindo Angola, não é exclusivamente macroeconómico ou fiscal, é também, de forma crescente, financeiro. Apesar dos progressos registados na estabilidade macroeconómica, no reforço da regulação bancária e na solidez do sistema financeiro, as economias africanas continuam a enfrentar uma escassez estrutural de financiamento de médio e longo prazo para o investimento produtivo.

Estima-se que, a partir de 2026, o crédito privado se afirmará como a principal fonte marginal de financiamento do crescimento em África, em particular do financiamento as pequenas e médias empresas (PMEs) e do *project finance*.

A análise empírica demonstra que os sistemas bancários africanos, embora mais resilientes, estão estruturalmente condicionados por exigências prudenciais, originando desalinhamentos em termos de maturidade e nas regras de ponderação de risco, que favorecem a exposição soberana em detrimento do crédito ao setor privado. Neste contexto, o crédito privado, através de fundos de crédito privado (*private credit*), Empréstimos directos (*direct lending*) e estruturas híbridas, emerge como uma resposta funcional às necessidades da economia real.

1. Enquadramento e contexto: a restrição financeira africana

Ao longo da última década, as economias africanas registaram avanços



significativos em matéria de estabilização macroeconómica, consolidação fiscal e reforma do setor bancário. Os quadros regulatórios foram reforçados, os rácios de capital e liquidez melhoraram e os níveis de crédito malparado foram reduzidos em vários países. No entanto, estes progressos não se traduziram numa expansão proporcional do crédito ao setor produtivo.

De acordo com os *World Development Indicators* do Banco Mundial (BM), o rácio de crédito ao setor privado na África Subsaariana mantém-se em torno dos 25% do PIB, contrastando com os cerca de 55% na América Latina, mais de 90% na Ásia emergente e acima de 140% nas economias avançadas. Verificando-se em África um valor significativamente inferior ao observado nestas regiões. Esta diferença não reflete apenas um menor grau de desenvolvimento financeiro, mas é, sobretudo um desalinhamento estrutural entre o modelo bancário dominante e as necessidades de financiamento das economias africanas, caracterizadas por elevado risco, elevada volatilidade macroeconómica, forte informalidade económica, e forte procura por financiamento de longo prazo.

No caso particular de Angola, apesar da estabilização macroeconómica recente, do controlo da inflação e da melhoria da posição fiscal, o crédito bancário ao setor privado permanece contido. Dados do Banco Nacional de Angola (BNA) e das consultas do Artigo IV do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que o sistema bancário angolano apresenta níveis adequados de solvência e liquidez, mas uma aversão significativa ao risco do crédito produtivo, sobretudo em operações de médio e longo prazo.

2. Limitações estruturais do modelo bancário vigente

As restrições atuais do crédito bancário em África não devem ser interpretadas como falha institucional. Pelo contrário, estas restrições resultam em grande medida do sucesso das reformas prudenciais implementadas após episódios de



instabilidade financeira. A adoção progressiva dos princípios de Basileia II e III, o reforço dos rácios de capital e liquidez e a aplicação da IFRS 9 tornaram os bancos mais sólidos e resilientes.

Contudo, estas mesmas reformas reduziram estruturalmente a capacidade dos bancos para assumir riscos de longo prazo. Em Angola, assim como em outros países africanos, tais como a Nigéria, o Gana e o Quénia, os títulos do Tesouro representam atualmente entre 30% e 50% dos ativos bancários, segundo dados dos bancos centrais destes países e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Do ponto de vista prudencial e financeiro, esta alocação é racional: os títulos soberanos consomem menos capital regulatório e oferecem maior previsibilidade de retorno. Do ponto de vista macroeconómico, porém, gera-se um efeito de *crowding-out* do crédito ao setor privado, limitando o investimento produtivo e o crescimento potencial.

É neste contexto que o crédito privado começa a assumir um papel estrutural na intermediação financeira em África.

3. A Lacuna de financiamento das PME's e a emergência do crédito privado

A lacuna de financiamento das pequenas e médias empresas constitui o principal “ponto morto” na arquitetura financeira africana, e do ponto de vista económico o principal rastilho para a expansão do crédito privado. De acordo com o MSME Finance Gap Report do International Finance Corporation (IFC), o défice de financiamento das PME's em África estima-se que ultrapasse os USD 330 mil milhões. Este valor não representa apenas escassez de capital, mas também um desfasamento qualitativo entre os instrumentos de financiamento disponíveis e as características reais das empresas africanas, incluindo a informalidade, a limitação de garantias reais, a dificuldade e morosidade na execução das



hipotecas, a escassez de histórico contabilístico auditável e a elevada volatilidade dos fluxos de caixa.

Em Angola, este fenómeno é particularmente acentuado. Apesar da melhoria do quadro macroeconómico, persistem fatores que reduzem a capacidade do sistema bancário para financiar as PME e projetos produtivos: (i) fragilidades nos mecanismos de registo, execução e valorização de garantias; (ii) riscos cambiais e os impactos relevantes nas operações com componente importadora; (iii) baixa densidade de instrumentos de mitigação de risco (seguros de crédito, garantias parciais, centrais balanço e de informação de risco de crédito); e (iv) uma estrutura de funding bancário predominantemente de curto prazo, incompatível com a maturidade exigida por investimentos de longo prazo, como são os investimentos dos setores da agroindústria, indústria transformadora, energia e logística.

É neste contexto que o crédito privado emerge como resposta funcional as limitações do crédito bancário. Ao operar fora das restrições de um modelo de financiamento bancário assente em depósitos e em rácios prudenciais padronizados e alinhados a Basileia II e III, o crédito privado consegue estruturar financiamentos com base na estrutura económica dos projetos, e não exclusivamente na disponibilidade de colaterais formais. Na prática, os operadores de crédito privado têm expandido o uso de instrumentos como: (a) financiamento baseado em fluxos de caixa (*cash-flow lending*), onde o serviço da dívida é calibrado à medida da capacidade de geração de caixa do projeto; (b) financiamento suportado por contratos de fornecimento (*offtake-backed financing*), especialmente relevante em setores como energia, agricultura e logística; (c) desembolsos faseados por metas operacionais (*milestone-linked disbursements*), que reduzem risco de execução; e (d) estruturas híbridas, incluindo dívida subordinada e dívida intermédia (*mezzanine*), que melhoram a alavancagem e a bancabilidade dos projetos.



Em termos económicos, o crédito privado não se destina a “substituir” a banca, ele vem reconfigurar a intermediação financeira, ao introduzir maior tolerância ao risco produtivo, maior velocidade de decisão e maior capacidade de desenhar contratos adaptados à realidade das empresas africanas.

Assim, no curto e médio prazo, a trajetória provável é a consolidação do crédito privado como um pilar adicional, e em vários segmentos dominante, no financiamento das PME e de *project finance* em África.

4. Evidência empírica e casos africanos

A expansão do crédito privado em África não é um fenómeno teórico, mas uma realidade empiricamente observável em múltiplos setores e geografias. A análise de dados do BAD, da IRENA e da UNIDO revelam que a maior parte das operações de crédito privado no continente está concentrada em setores com elevado multiplicador económico, nomeadamente energia, agronegócio, indústria transformadora, logística e infraestruturas económicas.

No setor da energia, fundos especializados como a CrossBoundary Energy, a Inspired Evolution e a Mirova têm desempenhado um papel central no financiamento de projetos solares, soluções *off-grid* e sistemas energéticos para uso comercial e industrial na África Austral e Oriental. Estes projetos são tipicamente estruturados com base em contratos de fornecimento de energia e receitas futuras, reduzindo a dependência de garantias tradicionais (reais) e permitindo uma execução mais célere dos financiamentos. De acordo com a IRENA, este tipo de financiamento tem sido determinante para acelerar a expansão da capacidade de energia renovável em mercados africanos com forte défice energético.



No agronegócio, fundos apoiados pelo IFC e por investidores institucionais estruturaram soluções de crédito privado para cadeias de valor do cacau, do caju, do arroz e dos cereais na África Ocidental. Estes instrumentos combinam dívida privada, seguros climáticos, contratos agrícolas e mecanismos de partilha de risco, permitindo mitigar a volatilidade inerente ao setor. Relatórios do IFC e da Dalberg Advisors demonstram que estas estruturas têm contribuído para ganhos de produtividade, maior formalização das PME's agrícolas e a sua integração nas cadeias regionais e globais de valor.

Na indústria transformadora e na logística, em países da África Austral incluindo em Angola, projetos de substituição de importações e de desenvolvimento industrial encontraram viabilidade através de dívida privada estruturada após terem sido recusados pela banca tradicional. A UNIDO documenta casos em que unidades de produção alimentar, materiais de construção e plataformas logísticas foram financiadas com base em projeções de fluxos de caixa e contratos comerciais de fornecimento, contribuindo para a criação de emprego e para a redução da dependência externa.

5. Implicações macroeconómicas da ascensão do crédito privado

Do ponto de vista macroeconómico, a ascensão do crédito privado tem implicações relevantes para a arquitetura financeira africana. Em primeiro lugar, contribui para o aumento da profundidade financeira ao criar canais adicionais de intermediação que não concorrem diretamente com a banca pelos mesmos rácios prudenciais. Em segundo lugar, melhora a alocação de capital, ao direcionar recursos para setores produtivos com maior retorno económico e social. E em terceiro lugar, reduz a pressão sobre os balanços bancários, permitindo que os bancos preservem estabilidade e solvência sem abdicar do seu papel tradicional no



financiamento da economia.

O mercado global de *private credit* ilustra bem esta tendência. Segundo a McKinsey e a Preqin, o volume global de crédito privado em 2024 ultrapassou 1,6 bilhões de dólares, com taxas de crescimento anuais superiores às do crédito bancário tradicional. Embora África represente ainda menos de 5% desse total, é uma das regiões com maior potencial de crescimento, com taxas de crescimento superior a 15% ao ano. O perfil dos investidores (fundos de pensões, seguradoras e instituições financeiras de desenvolvimento) confere a este mercado uma natureza relativamente estável e alinhada com horizontes de investimento de médio e longo prazo.

6. A convivência entre a banca e o crédito privado: Complementaridade, cooperação e regulação

A transformação da arquitetura financeira em África, evidencia uma mudança estrutural no modelo de intermediação financeira. O crédito privado surge como um novo pilar de financiamento da economia real, e não como substituto da banca tradicional. Antes pelo contrário, a evolução natural dos sistemas financeiros aponta para um modelo baseado na convivência, na complementaridade, e na cooperação estratégica entre os dois mecanismos de financiamento, em resumo um modelo híbrido de financiamento.

A banca tradicional continuará a desempenhar o seu papel sistémico, enquanto núcleo central da estabilidade financeira e da intermediação monetária. A sua relevância não decorre apenas do seu papel como financiador da economia e do Estado, pelo que exerce funções que o crédito privado, pela sua natureza, não é capaz de substituir, funções tais como: intermediação baseada em depósitos, canal privilegiado de transmissão da política monetária, financiamento de curto e



médio prazo, gestão do sistema de pagamento, suporte à tesouraria das empresas, e concessão de crédito padronizado e massificado.

Os bancos operam sob supervisão prudencial estrita dos bancos centrais, com requisitos de capital, liquidez, *governance*, e gestão de riscos, que garantem a estabilidade sistémica, essencial para qualquer economia, mas particularmente essencial e primordial para mercados com elevada volatilidade. Contudo estes requisitos reduzem a sua capacidade para assumir riscos longos e complexos.

É na sequência dos constrangimentos estruturais da banca tradicional ao financiamento ao setor produtivo, que o crédito privado emerge como resposta as limitações do modelo bancário, operando com maior flexibilidade contratual e maior tolerância ao risco produtivo, financiando investimentos que, embora economicamente viáveis, não se enquadram nos modelos prudenciais da banca. O crédito privado não vem competir com a banca nos seus domínios e funções, ele vem para assumir riscos do financiamento de longo prazo nos setores produtivos, para estruturar soluções de financiamento sob medida, e para atuar em nichos de mercado com elevado potencial de crescimento.

No contexto angolano a convivência entre os dois modelos deve assentar nos três pilares seguintes: (a) os bancos como base do sistema financeiro; (b) o crédito privado como motor do investimento produtivo, e (c) o Estado como regulador e facilitador institucional. A convivência baseada nestes pilares reduz o *crowding-out* e amplia o financiamento à economia real.

Por estas diferenças, e pela complementaridade das suas funções, os dois modelos de financiamento devem conviver numa lógica de parceria estratégica, e não de substituição ou de competição. A cooperação entre os dois modelos deve basear-se numa cooperação direta, que abarque o co-financiamento de projetos, a



estruturação conjunta de operações, o refinanciamento e sindicância, e o financiamento misto, e ainda através da cooperação indireta que atribui a responsabilidade aos bancos de atuarem como distribuidores de produtos estruturados, como custodiantes e agentes financeiros, e como originadores de *papelines* de projetos. A cooperação reduz o risco sistémico e aumenta a profundidade financeira.

Contudo este sistema, baseado num modelo híbrido acarreta riscos e zonas de fricção, que incluem entre outros, a competição por grandes clientes corporativos, a arbitragem regulatória, o diferencial de custos de capital, os conflitos na estrutura das garantias, e o sobreposicionamento no financiamento das PME's, que deverão ser integrados e regulados, com vista a evitar o conflito e a promover a complementaridade. Sem este enquadramento claro, integração e regulação, poderemos ser confrontados com uma desintermediação bancária desordenada.

Porém a regulação tem o desafio de integrar o crédito privado sem o travar, pelo que ela deverá ser proporcional, transparente (regras claras de reporte e governação), complementar (evitar replicar exigências prudências bancárias), e aplicar uma supervisão forte, mas não asfixiante (que monitora riscos sem condicionar ou limitar a inovação financeira).

7. Implicações de política pública: O caso de Angola

Para Angola, a expansão do crédito privado representa uma oportunidade estratégica clara. O país enfrenta o duplo desafio de acelerar a diversificação económica e preservar a estabilidade do sistema financeiro. O crédito privado pode desempenhar um papel determinante ao financiar projetos industriais, agroindustriais, energéticos e logísticos que o sistema bancário, por razões



prudenciais ou de maturidade, tem dificuldade em acomodar.

Do ponto de vista de política pública, o principal desafio consiste em criar um enquadramento regulatório proporcional, que reconheça a especificidade do crédito privado sem o sujeitar a exigências desenhadas para a banca tradicional. Este enquadramento deve privilegiar a transparência, a boa governação, a gestão adequada de riscos e os mecanismos de reporte adequados, sem sufocar um mercado ainda embrionário.

Existe igualmente um papel claro para o Estado e para as instituições financeiras de desenvolvimento: na mobilização do crédito privado; no desenvolvimento do enquadramento regulatório proporcional para o crédito privado, distinto da regulação bancária tradicional; na promoção de fundos locais e regionais de crédito privado com a participação de investidores institucionais nacionais e estrangeiros; no reforço dos mecanismos de garantias e registo de ativos; e na redução do risco percebido pelos investidores. Instrumentos de financiamento misto (*blended finance*) em parceria com instituições financeiras de desenvolvimento (DFIs), garantias parciais de crédito, fundos de co-investimento e plataformas de partilha de risco asseguram a complementaridade entre a banca e o crédito privado e podem reduzir o custo de capital e atrair investidores privados para setores prioritários.

8. Conclusão

A partir de 2026, o crédito privado deixa definitivamente de ser uma alternativa marginal no financiamento do crescimento africano. Tornar-se-á uma infraestrutura crítica de desenvolvimento económico, particularmente relevante para as PME, para o *project finance* e para a industrialização de Angola, e do



continente africano.

O crédito bancário não substitui a banca, nem aspira substituí-la, mas complementa-a, assumindo riscos que a regulação prudencial atualmente já não permite aos bancos absorver. O desafio estratégico para Angola não será escolher entre banca e crédito privado, mas sim construir um ecossistema onde ambos cooperam, com papéis distintos, riscos bem definidos e objetivos comuns: financiar o setor produtivo, acelerar a diversificação económica, e fortalecer a arquitetura financeira nacional.

Para Angola, a questão estratégica que guiará o sistema financeiro, já não é se o crédito privado é o futuro do financiamento do crescimento, mas sim como integrá-lo de forma inteligente, segura e orientada para o desenvolvimento sustentável.

Referências:

Banco Mundial – World Development Indicators

Fundo Monetário Internacional – Article IV Consultations; Global Financial Stability Report

Banco Africano de Desenvolvimento – African Economic Outlook; Financial Sector Reviews

International Finance Corporation – MSME Finance Gap Report

Preqin – Global Private Debt Report

McKinsey – Global Private Markets Review

UNIDO – Industrial Development Reports

IRENA – Renewable Energy Market Analysis

